

UM PANORAMA DO ESTADO ATUAL DAS PESQUISAS SOBRE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA A PARTIR DA OBRA “LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ENTRE POLÍTICAS E NARRATIVAS”

Resenha de ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. 288 p.

Rafael Fiedoruk Quinzani¹

Universidade Federal de Santa Maria

José Iran Ribeiro²

Universidade Federal de Santa Maria

O livro didático de História é um material complexo, com muitos vieses possíveis para sua análise. De livros didáticos que, no período militar, precisavam corresponder a um determinado eixo ideológico, e que, por vezes, veiculavam preconceitos e erros históricos, passamos a dispor de livros de perspectivas diversas e com qualidade considerável. Porém, na conjuntura atual, os livros didáticos não se encontram livres de problemas. Nesse sentido, Helenice Rocha, coordenadora do projeto de pesquisa “Narrativas nos livros didáticos de história: diálogos e tensões” convida especialistas consagrados em suas áreas para refletir sobre a situação atual das pesquisas sobre o livro didático, tanto nas questões sobre as políticas públicas que o circundam, bem como sobre as narrativas que estão presentes neste material, para que, através dos resultados da pesquisa que efetuariam e das suas experiências enquanto pesquisadores do tema, formassem a obra que analisaremos.

¹ Graduando do curso de História- Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisa temas ligados ao Ensino de História, especialmente sobre Livros Didáticos de História.

² José Iran Ribeiro é professor do Departamento de Metodologia do Ensino. É licenciado em História (UFES), Mestre em História (PUCRS) e Doutor em História Social (UFRJ)

Como afirma Flávia Eloísa Caimi, na obra analisada:

(..) a ampliação e a diversificação das pesquisas acerca do livro didático e do PNLD são importantes estratégias para que lancemos luz sobre temas e problemas relevantes da história escolar e das políticas educacionais públicas, que contribuem tanto para identificar as conquistas já efetivadas quanto para mapear as limitações e fragilidades que nos impedem de promover as necessárias e desejadas mudanças nos modos de ensinar e aprender história. (CAIMI, 2017. p. 51)

Neste sentido, o livro é uma importante contribuição para perceber o panorama atual das discussões acerca de Livros Didáticos de História, além de ser bastante proveitoso ao apontar os novos desafios na pesquisa, seleção ou produção deste material.

Além da apresentação e introdução, a obra conta com 13 capítulos e finaliza com a seção *Sobre os Autores*, a qual traz algumas informações básicas dos escritores da obra. Os 13 capítulos estão divididos em duas partes. A primeira parte, com seis capítulos, aborda as *Políticas públicas para o livro didático de história*. Nesse sentido, é abordado o PNLD 2011, mas também há um olhar retrospectivo para alguns momentos marcantes das políticas públicas sobre os livros escolares. A segunda parte, com sete capítulos ao todo, analisa as *Narrativas nos livros didáticos de história*, havendo reflexões sobre: Grécia Antiga; Medievo; Colonização portuguesa; Abolição da Escravidão; Proclamação da República; Ditadura Militar; e História do Rio de Janeiro.

Na apresentação, há a descrição do projeto que gerou reflexões para este material. Destaca-se que, no projeto, que contou com diversas colaborações e com o apoio de bolsas de pesquisa, foram analisadas 15 das 16 coleções didáticas do PNLD 2011, destinado aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Na *introdução – Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis*, Helenice Rocha retoma a especificidade do saber escolar e retoma aspectos básicos da trajetória do Livro Didático de História, bem como dimensiona algumas das questões que serão abordadas no livro.

Para o *Capítulo 1 - O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos*, Flávia Eloísa Caimi inicia retomando

alguns aspectos gerais sobre o tema do livro didático de História anteriormente ao PNLD, apontando que tanto sua o material como a visão sobre o material tiveram mudanças importantes. O livro didático, até há algumas décadas, era tido como simples aporte de determinado conteúdo, ignorando-se outros aspectos diversos sobre ele. A partir de meados de 1990, principalmente, novas perspectivas, como a análise do livro enquanto parte de um mercado, dão novas interpretações a este material. Retoma, também, o processo de instituição do PNLD e de seu processo de seleção prévia. O capítulo estuda, principalmente, como o PNLD tem influído sobre as características do Livro Didático. A autora mostra que diversos aspectos do material sofreram modificações positivas, ao mesmo tempo em que aponta as lacunas e limitações que ainda permanecem.

No que diz respeito ao *Capítulo 2 – Uma profissional de história em gestão de política pública: como a memória construiu minha experiência no PNLD de 2004 a 2015*, Margarida Maria Dias de Oliveira relata sua experiência na participação do PNLD. A autora, participando como coordenadora da área de História do PNLD, teve compreensão de diversos aspectos e problemas enfrentados no programa, contribuindo com um relato bastante detalhado do funcionamento do processo de avaliação prévia do PNLD. A autora alerta para a busca de avaliações dos livros muito detalhadas, já que, dessa forma, corre-se o risco de estabelecer um padrão único de livro didático. Ao contrário de uma avaliação demasiadamente rígida, pode-se pensar, assim, que é necessário espaço para a inovação, com propostas que não se limitem ao modelo estabelecido de livro.

No *Capítulo 3 – O PNLD de história: momentos iniciais*, Holien Gonçalves Bezerra estabelece três momentos de compreensão das políticas públicas sobre livros didáticos: de Vargas à Ditadura Militar Brasileira; de 1985 à criação do sistema de avaliações prévias; e do sistema de avaliações prévias para os dias atuais. Com a abertura do PNLD a quaisquer livros didáticos, diversos livros problemáticos estavam sendo adquiridos pelo programa. Assim, adota-se um sistema de avaliações prévias. Este sistema de avaliações, porém, ocorre aos poucos: nos primeiros anos, os livros tinham de atender a apenas alguns

critérios, que vão sendo aprimorados e intensificados ao longo das edições. No capítulo, os critérios das edições iniciais do programa e alguns desafios enfrentados são retomados pela autora.

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano aponta para mudanças no sistema editorial com o *Capítulo 4 – Política e economia do mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional*. A consolidação do mercado didático no Brasil tem sido acompanhada da aquisição de algumas das principais editoras brasileiras por editoras espanholas e americanas. As empresas espanholas e americanas estabelecem forte pressão, inclusive econômica, para que o Brasil participe de processos de avaliação internacionais e se submeta aos parâmetros de ensino exigidos para estes processos, sugerindo novos desafios ao campo educacional.

Marcelo Soares Pereira da Silva, no *Capítulo 5 – O livro didático como política pública: perspectivas históricas*, faz uma retrospectiva legal das políticas públicas sobre livros didáticos. Reflete, nesse sentido, como a Constituição e outras leis diversas abordam e delimitam as possibilidades deste material. Faz uma retomada dos principais órgãos governamentais responsáveis sobre a seleção, produção, aquisição ou distribuição de materiais didáticos. Longe de ser inúteis os marcos legais ou burocráticos são importantes, por exemplo, no estabelecimento de verbas orçamentárias destinadas ao Livro Didático, para evitar que futuras edições do PNLD não ocorram por falta de verbas.

Com o *Capítulo 6 – A campanha do livro didático e manuais de ensino e as avaliações dos manuais escolares de história*, Juliane Filgueiras nos convida a refletir sobre a Caldeme (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino), referente à década de 1950, especialmente a análise de livros didáticos efetuada por Guy de Holanda, o qual “considera o trabalho da CNLD responsável por engessar a criatividade dos autores e editores dos manuais, ao mantê-los presos a um tipo padronizado de livro didático”. (FILGUEIRAS, 2017, p. 142) A Comissão Nacional do Livro Didático selecionava os livros didáticos com critérios bastante específicos, o que não é algo necessariamente positivo para Guy de Holanda. Assim, embora do passado, o tema pode proporcionar reflexões questão bastante atuais.

O *Capítulo 7 – Para além do atenocentrismo: um desafio para a história ensinada*, de Regina Bustamante, reflete sobre como os livros didáticos abordam a Grécia Antiga. Devido a fatores como a profusão de fontes e pesquisas sobre Atenas, ela constata que se consolidou nos materiais didáticos um “atenocentrismo”. Não somente foca-se em Atenas, mais que isso, os livros a estabelecem como exemplo de pólis. Atenas se torna, assim, uma exceção tratada como regra. No enfoque da democracia dos cidadãos, abandona-se o protagonismo de agentes diversos, como os escravos. A autora atesta pouco espaço para a dúvida construtiva, numa sociedade que dificilmente pode ser generalizada.

Problemática semelhante também é abordada no que concerne ao *Capítulo 8 - A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história*, Nilton Mullet Pereira aponta os limites de uma História Total que se proponha para a Idade Média. De acordo com o autor, o período é tratado, nos livros didáticos, de forma generalizada, e não são possibilitadas críticas aos estereótipos medievais. Ainda se propõe, assim, uma sociedade sem mobilidade, sem desvios, ou seja, uma sociedade dos que “oram”, “trabalham” ou “guerreiam”. O autor percebe, assim, uma proximidade das abordagens que se aproxima mais da “medievalidade” (os clichês e preconceitos sobre o Medievo) do que da medievalística (a pesquisa e conceitos que têm sido criados atualmente sobre o tema). Sugere, também, que praticamente não há espaço para as “residualidades medievais”, ou seja, aspectos do passado medieval que se encontram presentes na sociedade.

Quanto ao *Capítulo 9 – Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de história*, Mauro Cezar Coelho atesta que os enredos sobre a colonização ainda se baseiam unicamente nas ações portuguesas. Perpetuam-se, assim, concepções já superadas na historiografia. Coelho entende que os livros didáticos de história não permitem o “raciocínio histórico”, para o que cita três motivos: não permitem a compreensão dos processos históricos como resultantes de uma interação social; não engendram a percepção das ações sociais no tempo, em especial de indígenas e negros; e não viabilizam a crítica à memória.

O *Capítulo 10 – Negra é a raiz da liberdade. Narrativas sobre a abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de história*, escrito por Mônica Lima, destaca que os livros didáticos de história tratam o negro somente como escravo. Até a abolição, a narrativa não destaca os negros em suas culturas diversas e enquanto agentes sociais em formas múltiplas. No processo de conquista das leis e na abolição, não se destaca o protagonismo destes atores sociais em sua conquista. Após a abolição, não costumam ser abordadas questões relacionadas aos negros nos livros didáticos, como se estivesse “diluído” na sociedade que se tornava homogênea. Mônica lembra, nesse sentido, que as diversas relações de trabalho continuam sendo marcadas por divisões étnicas, que merecem reflexão.

Com o *Capítulo 11 – A Proclamação da República em três tempos*, Marcelo de Souza Magalhães e Rebeca Contijo defendem que a narrativa processual da República não tem sido satisfatória. Os autores analisam livros didáticos de três diferentes momentos: início da República, década de 1940 e atualmente, percebendo uma crescente abordagem processual, em detrimento do momento do Golpe Republicano. Porém, com isso, gera-se o entendimento de que a República estava determinada. Na maioria dos livros, Deodoro da Fonseca é tido como um republicano, ao invés de ser destacado que foi concebido pelos setores golpistas. Os outros atores são colocados em papéis secundários.

O *Capítulo 12 – A ditadura militar nas narrativas didáticas*, Helenice Rocha se dedica às discontinuidades presentes na historiografia sobre o regime político resultante do golpe de 1964. Rocha percebe há um desequilíbrio entre a sociedade no governo de Jango, colocada como dividida ideologicamente; a sociedade até o fim da década de 1970, onde não são destacados apoiadores ou coniventes com a ditadura; e a sociedade pós-golpe, onde, além de não ser destacado o apoio de grupos sociais aos militares, dá-se a ideia de que a luta pelo fim da ditadura foi um projeto de toda a sociedade. Porém, Rocha destaca que o livro didático continua sendo importante material para o processo de ensino, na sua complexa tarefa social de síntese histórica.

A segunda parte é encerrada com o *Capítulo 13 – Os tempos de uma obra escolar. O estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte*, com a autoria de Rui Aniceto Nascimento Fernandes. No capítulo, é analisada uma obra que se queria escolar de 1920 a 1940, percebendo como a conjuntura e os interesses se modificavam e deram novo significado ao material didático. A obra ajuda a refletir, nessa mudança de conjunturas, sobre os aspectos que levaram determinadas obras a ganhar espaço, em detrimento de outras, tornando-as relegadas.

Na leitura do *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*, concluímos que o ensino de história avançou em diversos aspectos, mas enfrenta novos desafios. Para tanto, é importante refletir quais critérios usamos para permitir, ou não, que determinado livro seja adquirido pelo Estado. Para pensarmos a produção do livro e os critérios de seleção, é importante perceber quais narrativas históricas têm sido construídas atualmente. Neste sentido, passados vinte anos de seleção dos livros didáticos, conseguimos livros que transmitem informações variadas acerca do passado. A quantidade de equívocos nas informações e preconceitos transmitidos pelos livros foi reduzido consideravelmente, mas os recortes das informações presentes, ou não, em um livro, podem trazer sérias problemáticas. Dentre elas, alguns autores trazem destaque para os problemas de uma história que generalize determinados temas. Aponta-se a necessidade de narrativas múltiplas sobre o passado, que apontem diferentes personagens e percepções sociais. O livro é um trabalho de profundez historiográfica e de pertinência social. Trata-se de importante contribuição ao Ensino de História, servindo a docentes, discentes e quaisquer interessados nos temas discutidos no texto.

Referências

CAIMI, F. E. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

FILGUEIRAS, J. A campanha do livro didático e manuais de ensino e as avaliações dos manuais escolares de história. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.;

MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Recebido em: 30.07.2019

Aprovado em: 23.08.2019